

Programa Controle e Mapeamento das Emissões Eletromagnéticas não Ionizantes de Estações de Rádio Base de Telefonia Celular

1 – Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou prática por ordem de prioridade.

Objetivos:

- Praticar o regramento para a instalação de Estações Rádio Base (ERBs), quanto aos aspectos sanitários, urbanísticos e paisagístico;
- Fiscalizar as condições de operação das ERBs, verificando o cumprimento da legislação, controlando a poluição eletromagnética;
- Tornar-se um canal aberto e transparente às inquietações da população, assegurando a manutenção dos níveis de emissão de campo eletromagnético dentro do permitido pela legislação, tendo em conta o Princípio da Precaução, que prevê níveis 10 vezes abaixo daquele tolerado pela ANATEL e mesmo pela legislação europeia.

Metas:

- Disponibilizar informação à sociedade, através do mapeamento e realização de diagnóstico;
- Através do site da Prefeitura, disponibilizar a consulta à distribuição das estações no município, via mapa, bem como à situação do Licenciamento Ambiental por estação. A comunidade poderá consultar, identificando facilmente se a ERB próxima a sua casa está operando de forma regular, ou mesmo denunciar qualquer irregularidade.

2 – Descreva o funcionamento do programa, projeto ou prática e aponte qual(is) a(s) sua(s) frente(s) de atuação.

O art. 7º da Lei Municipal 8.267/98 estabelece que todas as atividades de preponderante interesse local são passíveis de licenciamento, desde que respeitados os limites estabelecidos pela Resolução Consema nº 005/98 e aqueles repassados por delegação de competência pelo órgão estadual, no caso a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Pois as Estações de Rádio Base constituem atividade sujeita ao licenciamento ambiental em Porto Alegre.

O Licenciamento Ambiental das Estações de Rádio Base no município atendem legislação específica. Trata-se da Lei nº 8.896, de 26 de abril de 2002 e do Decreto nº 13.927, de 18 de outubro de 2002. Além dos procedimentos para o licenciamento, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) realiza controle ambiental e monitoramento das emissões de ondas eletromagnéticas não ionizantes. Com esta finalidade foi adquirido um monitor de campo eletromagnético. Através deste são realizadas, no entorno das estações emissoras, medidas de ondas eletromagnéticas, avaliando-se os níveis de exposição, se respeitam valores permitidos pela legislação vigente. Além disso, através do preenchimento de requerimento e constituição de processo administrativo, a comunidade tem a oportunidade de dirimir dúvidas quanto aos níveis de emissão por elas recebido no local em que moram, ou no cômodo da casa em que passam a maior parte do dia. A equipe faz a medição no local desejado e esta gera um relatório que posteriormente é encaminhado ao requerente. Resultado: Uma insegurança quanto ao desconhecido é desfeita neste ato simples de prestação de serviço. A frente de atuação acontece junto ao próprio processo de licenciamento e também junto à comunidade, através das solicitações de medição.

3 – O programa, projeto ou prática faz parte de uma iniciativa, programa ou política mais abrangente (da mesma ou de outra esfera de governo)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

Sim, faz parte de uma prática mais abrangente. O Licenciamento Ambiental é o procedimento mais abrangente, pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. São 32 grupos relacionados e codificados, com seus respectivos portes e grau de poluição e cerca de 340 atividades. O licenciamento de ERBs constitui-se em uma destas atividades.

4 – Identifique o público alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou prática?

O público-alvo vem a ser toda a população de Porto Alegre. Em 2001 foi realizado seminário para divulgar e discutir com a comunidade e pesquisadores da área as legislações, as experiências e resultados de pesquisas científicas sobre os efeitos das radiações não-ionizantes. Estas discussões resultaram na elaboração da legislação municipal. A divulgação desta legislação e dos resultados de sua aplicação tem servido de instrumento de esclarecimentos e prestação de contas à população, bem como de referência para outros municípios na formulação de seus próprios regulamentos. Participam desta prática as operadoras de telefonia, a medida que devem ter seus equipamentos licenciados, sendo beneficiária toda a população, a medida que as emissões estão sendo monitoradas pelo órgão ambiental. Participa também o cidadão que solicita a medição dos níveis de emissão na sua casa, além de todos os demais, que podem verificar na site da prefeitura se a ERB próxima a sua residência está operando de forma legal.

5 – Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou prática? Quais as fontes de recursos financeiros (locais, estaduais, federais; fontes privadas, de ONGs, de agências multilaterais)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentária total do nível de governo (estadual, municipal, etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou prática?

O equipamento utilizado para as medições foi adquirido através de um ajustamento de conduta firmado entre a prefeitura e uma das operadoras junto ao Ministério Público, através da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente. Um novo Compromisso de Ajustamento de conduta celebrado junto à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, entre o Ministério Público do Estado, a prefeitura e uma segunda operadora de telefonia, permitirá a aquisição de um veículo, uma trena ótica, um “lap-top”, além de uma câmara fotográfica digital, equipamentos que virão para uso exclusivo da equipe no licenciamento e monitoramento das ERBs. Os demais gastos constituem-se em horas de trabalho de técnicos e motorista, o que já está incluso nos vencimentos dos servidores. Os recursos necessários são oriundos principalmente da penalização das práticas em desacordo com a legislação.

6 – Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou prática? Quantos homens e quantas mulheres realizam função de direção (ou de tomada de decisões) e quantos realizam funções de execução?

Diretamente envolvidos no processo de licenciamento ambiental e monitoramento de ERBs, estão 3 (três) técnicos, ou seja, a Equipe de Infra Estrutura da SMAM (EINFRA), além de um motorista para o veículo utilizado nas vistorias. Indiretamente, há a Secretaria Geral, que cuida do recolhimento das taxas de licenciamento ambiental, emissão e entrega de licenças ambientais. A SMAM é responsável pelo licenciamento propriamente dito, emitindo as licenças ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e as respectivas renovações. O processo de licenciamento, sistematizado pelo Decreto Municipal nº 13.927, exige a participação de outros órgãos da administração pública de Porto Alegre, como a Secretaria Municipal de Obras (SMOV) e a Secretaria de Planejamento Municipal (SPM). A análise de outras equipes pode tornar-se necessária, a medida que ocorrer vegetação a ser preservada no local em que pretenda-se instalar a ERB, ou mesmo tratar-se de área de preservação histórica e cultural.

7 – Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

Quanto ao processo de Licenciamento Ambiental das ERBs, conforme prevê a legislação, estão envolvidos: Secretaria de Planejamento Municipal (SPM), Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), Secretaria Municipal de Obras (SMOV), além da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), que é o órgão responsável pelo controle das emissões eletromagnéticas e expedidor das licenças ambientais. As organizações interagem através dos expedientes protocolados para cada ERB. Neste o requerente pode consultar, via internet, o andamento do processo de licenciamento. Mas no Controle e mapeamento das emissões eletromagnéticas não ionizantes de estações rádio base de telefonia celular, o trabalho é feito inteiramente pela SMAM, com a consultoria da PROCEMPA no geoprocessamento dos pontos mapeados.

8 – Se seu programa, projeto ou prática envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação se concretiza (explique os mecanismos de participação).

A participação da comunidade é fundamental. Diariamente são recebidas inúmeras ligações telefônicas e visitas à sala de atendimento da secretaria, oportunidade em que as pessoas expõem seus anseios e inquietudes a cerca dos efeitos destas instalações à saúde. Estas oportunidades são propícias para divulgar a legislação e os resultados de sua aplicação, esclarecendo e prestando contas à população. Mediante o preenchimento de requerimento, sem nenhum custo para o requerente, a equipe se dirige ao local solicitado e efetua a medição. Posteriormente o requerente recebe em seu endereço um relatório do trabalho realizado.

A participação da comunidade também ocorre através de seus representantes junto aos conselhos participantes do processo de licenciamento, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e o Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM).

9 – Quando e como foi originariamente concebido o programa, projeto ou prática? Quais os principais participantes governamentais e não-governamentais neste processo? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Quais?

A preocupação quanto à preservação da segurança e saúde da população vem desde a criação do Decreto nº 12.153/98, sistematizando as normas para instalação de antenas no âmbito do Município. Em 2001, por ocasião do seminário que teve como objetivo divulgar e discutir com a comunidade e pesquisadores da área as legislações, as experiências e resultados de pesquisas científicas sobre os efeitos das radiações não-ionizantes. Estas discussões resultaram na elaboração da legislação municipal. A prática visa avaliar o campo eletromagnético oriundo de radiações eletromagnéticas, atendendo à legislação e preservando a saúde da população, prevenindo qualquer risco de exposição excessiva. A partir da aquisição de um monitor de campo eletromagnético em maio de 2003, tornou-se possível, além da análise do laudo fornecido pela operadora no processo de licenciamento, atender ao art. 9º, §4º da Lei nº 8.896/02, diz:

“O controle das avaliações de densidade de potência oriundas de radiações eletromagnéticas será de responsabilidade do Poder Público, através da realização de medições, em periodicidade, no mínimo, anuais, que poderão ser acessadas por consulta ao processo administrativo e cadastramento de licenciamento das ERBs.”

Muito nos orgulha o fato de Porto Alegre ter sido a primeira capital do Brasil a ter regras específicas para o tema, além de servir de referência para outros municípios na formulação de seus próprios regulamentos. O trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2003 não tem precedentes por nós conhecidos. Um dos objetivos é o de justamente continuar sendo referência nacional no tema.

10 – Identifique as etapas-chave de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou prática? Por que ocorreram?

São duas as etapas-chave de implementação. A primeira com o estabelecimento da legislação municipal vigente, em 2002. A segunda com a aquisição do monitor de campo eletromagnético em maio de 2003. Com a crescente demanda originada na comunidade, passou-se a medir os níveis de emissão eletromagnética em locais indicados, não somente no entorno da antena. A medida que o volume de informações coletadas torna-se maior, abre-se uma gama de possibilidades de trabalhar os dados obtidos, inclusive mapeando “pontos quentes” por regiões e traçando “Curvas de Nível de Radiação Eletromagnética”, identificando locais que possam vir a tornar-se críticos, evitando a instalação de novos equipamentos, indo de encontro ao Princípio da Precaução, preconizado pela legislação. Com a aquisição de novos equipamentos, o monitoramento tende a tornar-se ainda mais efetivo e não se tem o intuito de fixar-se a conceitos pré-estabelecidos; os resultados obtidos (e a serem obtidos) apontarão novos caminhos a serem percorridos.

11 – Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Os obstáculos por nós enfrentados não devem ser muito diferentes daqueles encontrados pelas demais prefeituras pelo Brasil afora, ou seja, demandas crescentes, recursos materiais escassos, equipes de trabalho pequenas... Apesar de tais empecilhos influenciarem, não se pode permitir que tornem-se razão para não avançar. Tem-se a determinação, a firmeza, a força de vontade e um corpo técnico qualificado, comprometido com a boa qualidade do trabalho a desempenhar. Os recursos necessários foram buscados, ao longo do tempo, na própria penalização das práticas em desacordo com a legislação, através da atuação do Ministério Público Estadual. Alguns obstáculos, menores, ainda persistem, mas são diariamente contornados e vencidos.

12 – Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou prática? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou prática.

Em 2003 havia 297 ERBs no município, reduzindo para 274 em 2004. No mesmo período, o número de antenas com licença de operação passou de 128 para 161. Na última avaliação efetuada, em maio de 2005, havia 459 estações rádio base no município, sendo 171 com licença de operação e 227 em fase de estudo de viabilidade urbanística. Podemos perceber que os procedimentos para controle realizados pela SMAM estão ganhando divulgação na sociedade, através das informações prestadas a comunidade. Os dados levantados a partir do licenciamento ambiental possibilitam concluir que as avaliações periódicas previstas na Legislação tem garantido o controle efetivo e a manutenção dos níveis seguros para a saúde da população.

13 – Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou prática até o momento (cite apenas uma: aquela que, na sua opinião, é mais importante)?

A mais importante conquista é a de manter a comunidade tranqüila quanto aos níveis de emissão eletromagnética gerados por estes equipamentos, colaborando para a preservação da saúde da população e garantindo o controle efetivo e a manutenção de níveis seguros.

14 – Em que aspectos seu programa, projeto ou prática inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

Não conhecemos precedentes a cerca de práticas anteriores relacionadas ao tema Controle e mapeamento das emissões eletromagnéticas não ionizantes de estações rádio bases de telefonia celular. A prática deste monitoramento se constitui, por si só, a nosso ver, em uma inovação.

15 – Mesmo que seu programa, projeto ou prática não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

A prática do licenciamento ambiental no município de Porto Alegre não discrimina classe social e nem prioriza regiões de maior ou menor poder aquisitivo, a legislação a ser atendida é a mesma para todos, sem distinção. Desta forma, o município, em toda a sua extensão, tem garantida a manutenção dos níveis seguros quanto às emissões eletromagnéticas oriundas deste tipo de equipamento, ou seja, mesmo nos locais mais pobres e de população desprovida de informações a respeito do assunto, o procedimento para licenciamento de estações rádio base deverá ser seguido pelas respectivas operadoras que desejarem instalar suas estações.

16 – Qual o impacto do programa, projeto ou prática sobre a cidadania? (Mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

Todos os procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental são absolutamente transparentes e, em qualquer etapa do andamento do processo de licenciamento, o cidadão pode ter vistas ao expediente, através da internet (verificando em que órgão e em que etapa encontra-se o expediente de licenciamento), ou pessoalmente, dirigindo-se à sala de atendimento da SMAM. Basta solicitar ao atendente, o expediente é trazido e poderá ser consultado na íntegra. Muitas pessoas nos ligam após consultar a legislação no “site” da prefeitura e a estas é dado um pronto atendimento. Muitos profissionais oriundos de outras prefeituras do estado e de fora do estado nos procuram e prontamente compartilhamos com eles as nossas experiências.

17 – Caso seu programa, projeto ou prática já tenha participado do PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA anteriormente, qual a diferença que ele apresenta este ano em relação ao ano em que se inscreveu pela última vez?

Hoje o licenciamento ambiental como um todo é uma prática mais amadurecida e mais respeitada. Os próprios organismos que investem em programas, exigem que estes programas apresentem documento comprovando que o empreendimento é ambientalmente viável, que possua licença ambiental, ou seja, que siga o modelo de desenvolvimento sustentável. A Secretaria também tem trabalhado no sentido de sistematizar os procedimentos, criando para isso um grupo de trabalho para implementar um banco de dados único, além da publicação do Manual de Licenciamento Ambiental de Porto Alegre, em dezembro de 2004. O controle e mapeamento das emissões eletromagnéticas oriundas de estações rádio base tem avançado também, a medida que os resultados obtidos estão sendo compilados e disponibilizados para consulta de forma cada vez mais acessível e facilitada.

18 – Qual é a mais significativa deficiência do programa, projeto ou prática?

A equipe é composta por três técnicos e o número de ERBs cadastradas em maio de 2005 chega a 459 estações. A totalidade dos processos de licenciamento e dos laudos fornecidos pelas operadoras, acompanhados de ART do responsável técnico são analisados, mas o monitoramento “in loco” ainda não atingiu a marca de 100%, talvez aí a nossa maior deficiência.